

Ação Invisível? Um Registro sobre a Participação de Mulheres em Greves Operárias no Pará*

Jane Felipe BELTRÃO

Antropóloga, Profa. Assistente III do Departamento de História e Antropologia da UFPa.

Aborda as questões relativas ao cotidiano das lutas encabeçadas pelos (as) trabalhadores (as), no Estado do Pará. Constitui-se em uma apresentação parcial dos dados coletados através do projeto de pesquisa "Greves operárias no Pará - período 1945/1964; um estudo sobre a participação das mulheres operárias.**

1 A RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA

Desde quando a Antropologia surge no cenário das Ciências Sociais e começa a trabalhar junto às "sociedades primitivas", passa-se a discutir a noção de História como pertencendo às sociedades letradas, posuidoras de condições de elaborar documentos escritos, que têm aos nossos olhos maior credibilidade que a tradição oral da população.

* A Primeira versão deste artigo foi apresentada sob o título "Greve? Temos razão de sobra para este movimento" ao Grupo de Trabalho denominado "Antropologia na Amazônia; avaliação e perspectivas", coordenado pelo antropólogo Heraldo MAUÉS, durante a 15ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, em março de 1986, Curitiba - Paraná.

** O projeto conta com a colaboração das licenciadas em História **Andréa Lobato Couto, Cacilda Maria Sarai** **va de Pinto e Maria Angela Gemaque Álvaro**, bolsistas do Programa de iniciação à Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPa.

O que nos fez acreditar nos documentos escritos e desprezar a tradição oral? É nosso etnocentrismo, por sermos letrados e as demais sociedades não? É nossa herança colonial? Talvez cada um desses fatores pese especificamente como determinante desse processo valorativo.

A verdade é que nós, historiadores (as) e antropólogos (as) questionamos os erros dessa "história", mas continuamos a trabalhar uma noção de história e de "fazer histórico" presa a documentos escritos. Pouco temos feito para, ao menos, suavizar essa situação. Por exemplo: quando damos crédito a depoimentos, os depoimentos compulsados são sempre os de autoridades tomadas como "fazedoras de história": dos demais sujeitos históricos se retira legitimidade para falar de seu próprio cotidiano, dos seus problemas, das possíveis soluções encontradas, etc.

Na prática, a Antropologia não inverteu o quadro de forma tão radical quanto possamos supor. Durante um longo período, o reconhecimento da tradição oral se deu apenas às "sociedades primitivas", como se pensássemos: já que elas não possuem documentação escrita, salvemos a tradição oral.

Hoje, a situação começa a ser modificada. Estão surgindo trabalhos que levam em conta a tradição oral de sujeitos históricos não integrantes das "sociedades primitivas", ou melhor integrantes da nossa sociedade.

Embora haja mudança de postura, não temos notícia de discussões que repensem as questões aqui levantadas, no que se refere a trazer contribuições teóricas para as Ciências Sociais.

Uma outra questão é pensar num passado homogêneo, em que apenas os homens de nossas sociedades são destacados como sujeitos históricos, ocultando a real participação das mulheres no contexto político.

Acreditamos que a Antropologia pretende, enquanto ciência, resgatar a tradição oral e demonstrar sua historicidade. É importante fazer isso estudando

a nossa sociedade e desvendando a participação das mulheres enquanto atoras da história. A Antropologia, por força de sua tradição, é obrigada a procurar novas fontes, a descobrir formas documentais não exploradas enquanto tais, e, portanto, pode dar conta de questões ocultas, como a participação de mulheres-operárias em movimentos sociais.

Ao estudar as Greves Operárias no Pará, pretendemos discutir as questões teóricas já indicadas.

Na delimitação do tema procuramos atores históricos que, em geral, têm sido esquecidos como sujeitos da História. Além do mais, por não terem tido acesso aos bancos escolares, não produziram documentos históricos com os quais os historiadores tenham familiaridade.

Dadas as características da temática, delimitamos o período temporal compreendido entre 1945 - queda do Estado Novo - 1964 - golpe militar que sufoca as esperanças de encontrarmos uma saída, não autoritária, para os problemas vivenciados no Brasil. É nesse período que há indícios de uma participação mais ativa das mulheres-operárias, segundo seus depoimentos.

Na tentativa de identificar os eventos que paralisaram as atividades dos (as) operários (as) no Estado do Pará, estamos examinando as coleções de jornais existentes na Biblioteca e Arquivo Público do Pará.

Iniciamos a tarefa pelo exame da "Folha do Norte", jornal matutino diário que tradicionalmente, manteve oposição aos governantes da época. Posteriormente, complementamos as informações através de seus congêneres "A Província do Pará", "O Estado do Pará" e "O Liberal".

O trabalho é exaustivo, pois requer observarmos uma a uma as páginas dos jornais diários buscando indícios dos eventos paredistas. Ao localizarmos fatos que possam conduzir a uma greve, ou à eclosão de uma greve, preenchemos fichas contendo as informações

pertinentes.

Para fins deste trabalho, lançamos mão dos dados referentes a quatro eventos, a saber: "Movimento paredista do pessoal do tráfego da Pará-Eletric"¹, "Onze horas de trabalho?"², "Em greve os bancários de Belém"³ e "Em greve os portuários do SNAPP"⁴.

Tentamos demonstrar como os (as) trabalhadores (as) encaminharam suas reivindicações; de que forma sensibilizaram a opinião pública; quem eram os intermediários entre patrões e operários (as); quais as formas de negociação encontradas; e que espaços os (as) trabalhadores (as) utilizavam ao recorrer a greve⁵.

Os eventos grevistas são tomados como "situações extremas", como disse um condutor de bonde. O mesmo condutor exemplificou, ao justificar: "os insultos que recebemos diariamente já vão sem conta"⁶.

1 MOVIMENTO paredista do pessoal de tráfego da Pará-Eletric. Folha do Norte. Belém, 02 maio 1930. p. 2.1. cad.

2 ONZE horas de trabalho. Folha do Norte. Belém, 09 maio 1930. p.2. 1. cad.

3 EM greve os bancários de Belém. Folha do Norte. Belém, 25 de jan. 1946. p. 1. 1. cad.

4 EM greve os portuários do SNAPP. Folha do Norte. Belém, 14 out. 1949. p.6. 1. cad.

5 Evidentemente, não é através da grande imprensa que desvendaremos a participação feminina, mas necessitamos usar os jornais para identificar os eventos e, através deles, poderemos recorrer aos (as) atores (as) históricos (as).

6 MOVIMENTO paredista do pessoal de tráfego da Pará-Eletric. Folha do Norte. Belém, 02 maio 1930. p.2. 1. cad.

A resposta à "situação extrema" é acompanhada por repressão de vários matizes, que terá maior eficácia na medida em que a repressão social do movimento se faz sentir. Portanto, procuraremos analisar ainda a relação repressão/repercussão social, para desta maneira processar a avaliação da organização dos (as) trabalhadores (as).

2 A ETNOGRAFIA DE EVENTOS ATRAVÉS DO PAPEL

Ao alinhar os retalhos oferecidos pela imprensa paraense sobre o movimento operário no Estado, nos apropriamos do "ritual da sobrevivência" dos (as) trabalhadores (as). O "ritual da sobrevivência" que emerge das páginas amareladas, dos jornais manuseados por nós, é composto por passos bem delineados e rotineiros dos (as) trabalhadores (as), que até para encaminharem suas reivindicações - nem sempre consideradas justas pela sociedade - sofrem desgaste físico e emocional semelhante, ou superior, ao vivenciado no cotidiano de seu trabalho. Ritual que acaba trazendo pouco lucro para os (as) participantes. Entretanto, sem ele é impossível sobreviver, pois o mínimo requerido para viver só é obtido ao final dessa jornada.

A eclosão de uma greve é precedida pela denúncia das condições de trabalho às quais os (as) trabalhadores (as) são submetidos (as). A denúncia, segundo as lideranças que conseguem ser ouvidas pelos jornalistas é feita após tentativas infrutíferas de fazer valer os diplomas legais obtidos pelos (as) trabalhadores (as) junto a justiça. Senão, vejamos. Durante a greve dos condutores de bonde em 1930, as reivindicações básicas eram:

- . aumento das diárias;
- . retirada da "Liga dos empregados da Pará-Eletric" do recinto da companhia e gestão da mesma pelos associados;
- . extinção do desconto para médico, por ser exor

bitante;
reversão do valor de multas aos funcionários em favor dos colegas inválidos por acidente de trabalho;

cumprimento das cláusulas contratuais.

Por outro lado, o acúmulo de tarefas e o trabalho ininterrupto durante várias horas, não importando o período do dia, eram parte do cotidiano dos(as) trabalhadores (as), nos idos de 1930. Tanto que, sobretudo as mulheres, trabalhadoras da firma "Irmãos Bittar" - voltada para o beneficiamento de borracha e sementes oleaginosas -, paralisaram suas atividades reivindicando "onze horas de trabalho".

O desenvolvimento de uma greve é pontilhado por manifestações de solidariedade expressas através de telegramas e doações para o fundo de greve, oriundas de outros (as) trabalhadores (as), de dentro e de fora do Estado, e que parecem variar de acordo com a organização dos (as) manifestantes, especialmente se há articulação sindical.

3. A AÇÃO "INVISÍVEL"

No suporte de uma greve as mulheres desempenham papel político fundamental, embora os jornais só insinuem esta participação nas entrelinhas, nas fotografias e no registro do preconceito mantido pelos políticos.

A participação das mulheres está ligada à organização e gerenciamento do fundo de greve. São elas que percorrem o comércio arrecadando gêneros alimentícios e doações em dinheiro para manutenção do movimento. Organizam-se em grupos para produzir e fornecer alimentação aos (as) grevistas.

São as mulheres que maciçamente integram os contingentes das passeatas que buscam sensibilizar a população, os políticos e os dirigentes para o problema vivenciado pelos (as) trabalhadores (as). Esta participação é mais visível durante a greve dos por-

tuários, em 1949. Evidentemente, as mulheres não são reconhecidas como trabalhadoras em busca da sobrevivência. São tratadas como "mulheres de maridos" que teimosamente afrontam as autoridades e deixam suas famílias em desgraça. As ajudas e a tolerância para com as mulheres "pedintes e andrajosas"⁷ são praticadas em nome dos princípios cristãos, à luz dos quais, no entanto, não se consegue visualizar a justiça das reivindicações por melhores salários, mas se acusa os pais pela fome das crianças e se vê a mulher como a encarregada de responder pela sobrevivência dos (as) filhos (as), já que não souberam escolher o homem que as sustente em todos os momentos.

Durante o desenrolar de uma greve os (as) manifestantes recebem apoio dos políticos titulares de mandatos legislativos, os quais utilizam a tribuna para referendar as denúncias feitas pelos (as) trabalhadores (as) e encaminhar oficialmente as reivindicações dos (as) grevistas, atuando portanto como intermediário no processo de negociação. Neste período, os deputados apresentam ao plenário requerimentos hipotecando solidariedade aos (as) manifestantes e/ou solicitando a abertura de negociações. Os requerimentos são apresentados por deputados que, na ocasião exercitam oposição aos governantes. Invariavelmente, são rejeitados.

Os (as) trabalhadores (as) são sempre intimidados (as) e coagidos (as) a retomarem suas atividades. Já na década de 30 os panfletos de divulgação produzidos pelos (as) manifestantes são indicados como publicações comunistas e seus distribuidores presos como agentes "russos". Todo o trabalho de sensibilização da população de manutenção da mobilização dos (as) trabalhadores (as) é dificultado pelos chefes de polícia.

⁷ As expressões aspeadas foram empregadas por deputados da Assembleia Legislativa do Estado ao se pronunciarem a favor ou contra os (as) manifestantes.

Quando da greve dos portuários, em 1949, inúmeras notas emitidas através dos jornais locais incentivavam a não-participação na passeata de protesto encabeçada pelos (as) grevistas.

No embate podemos perceber a coragem dos (as) trabalhadores (as) na luta pela sobrevivência, não apenas no que diz respeito à longevidade dos movimentos, como o dos bancários, em 1946, e os dos portuários, em 1949, mas também pela divulgação de comunicados aos (às) grevistas e à população. Em 1949, os portuários, através de sua comissão de mobilização, divulgam com antecedência o roteiro da passeata, negociam com o chefe de polícia a realização do evento e vão até a Assembléia Legislativa levar seu protesto.

A coragem e a organização dos (as) manifestantes não esmorece diante das ameaças de desemprego, das prisões arbitrárias, das grosserias dos políticos e das levianas acusações dos patrões. Entretanto, os (as) trabalhadores (as) não detém força política capaz de garantir a execução de suas reivindicações. E o resultado do esforço, no mais das vezes, é um irrisório aumento salarial e a não-punição dos (as) grevistas.

Os (as) trabalhadores (as) da "Irmãos Bittar" não conseguiram nenhum resultado palpável, a não ser o processo sumário de demissão. Talvez a não-repercussão política do movimento se deva ao fato da usina de beneficiamento localizar-se em Mosqueiro⁸ e a que grande parte do contingente de trabalhadores ser constituído de mulheres.

Cabe observar que, no apoio aos movimentos aqui referidos, alguns sindicatos se destacaram, a saber: dos alfaiates de Belém; dos oficiais de máquinas; dos motoristas e dos condutores em transporte fluvial;

⁸ Distrito do Município de Belém, cuja ligação com a sede do Município era feita, na década de 30, por via fluvial.

dos gráficos; dos marceneiros; dos trabalhadores na indústria de calçados; dos trabalhadores metalúrgicos; dos jornalistas; dos trabalhadores em curtume; dos trabalhadores do comércio armazenador e dos bancários. É interessante sublinhar que hoje grande parte destes sindicatos se desarticulou ou não possui a mesma expressão política do passado. Outra observação pertinente é a de que, o apoio dado aos (as) trabalhadoras (as) em greve é traduzido materialmente através de contribuições em dinheiro e do empréstimo de espaço para movimentação dos (as) grevistas, prática que hoje não se expressa tão claramente.

Tanto os (as) trabalhadores (as) em greve quanto os patrões e as autoridades possuem um discurso que evoca a ordem estabelecida. Os (as) manifestantes, ao encaminharem o movimento, solicitam precaução dos companheiros - não há referência a companheiras - e a não utilização da violência, talvez como uma maneira de tentar evitar as acusações de subversão da ordem, deslealdade e violência, impressas no discurso e na prática dos patrões e das autoridades.

A repressão ao movimento é praticada de várias maneiras. A seguir enumeramos algumas das ações:

- presença de tropas policiais, sem registro de violência, empunhando fuzis e metralhadoras;
- substituição dos (as) manifestantes em suas funções, por outros (as) operários (as) ou por trabalhadores (as) que até então estavam desempregados (as);
- catalogação do movimento como comunista e orientando por forças externas;
- proibição de passeatas;
- proibição de percorrer as ruas para angariar fundos;
- acusações contra as lideranças, os advogados dos (as) manifestantes, os políticos da oposição e todos aqueles que se mostram simpáticos ao movimento.

O "ritual da sobrevivência" se encerra quando os

(as) trabalhadores (as) começam a perceber que todo o esforço empreendido não consegue "sensibilizar" as autoridades e a volta ao trabalho, mesmo sem o essencial, é a sobrevivência possível naquele momento político.

É importante observar que, encerrado o movimento os (as) operários (as) deixam as páginas de política e as manchetes dos matutinos paraenses e passam a frequentar, tão somente, as páginas policiais - não que sejam criminosos (as), mas porque são apontados (as) como tais.

Tanto nas páginas políticas, como nas páginas policiais, os operários - as mulheres jamais são ouvidas - não são identificados, ao contrário do que se faz com os demais profissionais que não operários. Possuímos dificuldade de obter o nome completo do trabalhador, mesmo quando assina documentos. Durante o movimento, o registro processado pelos jornais omite o nome dos trabalhadores, mas registra o nome completo das autoridades e seus respectivos cargos. Chegamos a contar em um pequeno espaço, até cinco autoridades referidas.

4 A DÚVIDA

Resgatar a memória histórica considerando a rica tradição oral das pessoas que vivenciaram diretamente os eventos, ou que possuíram parentes que vivenciaram esses eventos, implica registrar versões diferentes de uma mesma ocorrência. Do ponto de vista da ciência ocidental, como satisfazer a exigência de verdade?

Cada protagonista possui uma versão diferente, embora autêntica, do evento, pois não possui em conjunto com os demais, uma noção única da história. Esta perspectiva é registrada através das histórias de vida já levantadas.

Indagamos : como superar as questões teóricas que

se apresentam? Poderíamos utilizar a riqueza da abordagem de Lévi-Strauss (1986) ao analisar mitos? Como fazer isto se, para a ciência ocidental, mito e história não devem ser confundidos?

Interrogamos ainda, é válida a etnografia da ação supostamente invisível, das mulheres, através da chamada grande imprensa? É importante asseverar que o registro da participação não se esgota na etnografia feita através do papel. Entretanto, sistematicamente, nós mulheres afirmamos que nos jornais da grande imprensa não há registro de nossa ação. Será que não estamos necessitando "desvendar" este mito?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRÃO, Jane Felipe. Greves operárias no Pará - período 1945/1964; um estudo sobre a participação das mulheres operárias. Belém, UFPA/CFCH/DHA, 1984. mimeo.

_____. Greve? Temos razão de sobra para este movimento. Belém, UFPA/CFCH/DHA, 1986 mimeo.

O ESTADO DO PARÁ. Belém, 1930, 1945-50, 1955-56.

FOLHA DO NORTE. Belém, 1930, 1945-50, 1955-56.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A ordem e a desordem na tradição oral. Folha de São Paulo. São Paulo, 15 mar. 1986. p.49

O LIBERAL. Belém, 1930, 1945-50, 1955-56, 1960.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. Belém, 1930, 1945-50, 1955-56.